

ALESSANDRA ROSA DA SILVA SOUZA

O CONCEITO DE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

GOIÂNIA

2021

ALESSANDRA ROSA DA SILVA SOUZA

O CONCEITO DE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Mardônio Pereira da Silva

GOIÂNIA

2021

Alessandra Rosa da Silva Souza

O CONCEITO DE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, Escola de Formação de Professores e Humanidades da Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Mardônio Pereira da Silva

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Professor(a) convidado(a):

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____ ()

Goiânia, ___ / ___ / 2021

Dedico esta monografia a todos os professores que passaram pela minha formação desde o meu ingresso na Educação Infantil. E a minha querida mãe pelo seu amor, apoio e carinho desde sempre.

Primeiramente agradeço a Deus pelos cuidados e por me manter de pé ao longo de toda a minha jornada.

A minha querida professora da terceira série Ailma Maria, pelos cuidados, carinho, amor para comigo. A todos professores e professoras dos quais tive o prazer de saborear dos seus conhecimentos e ensinamentos na universidade. Em especial a professora Norma Aparecida pela responsabilidade e compromisso para com seus alunos e alunas. Pelo exemplo de mulher, pelo seu senso de justiça, e por sua ética. A professora Pollyanna Rosa Ribeiro, pelo compromisso para com seus alunos. Por ser tão dedicada, organizada, pontual e pelo dinamismo de sua didática. A professora Rita de Cássia Carvalho, pela formidável dinâmica de suas aulas, e não diferente das anteriores, pelo seu senso de justiça, pela postura e seu compromisso com a formação de professores. Ao professor Alexandre Nardini, pelas maravilhosas aulas de história da educação, por tornar a disciplina mais atrativa e interessante.

As minhas colegas de turma pelo carinho e atenção de sempre. Em especial as amigas que fiz durante esse percurso, Adriana Reis, Daniella Lúcia, Iasmine Bispo, Leir Cardoso, Camilla Alinne, pelo total companheirismo, apoio, ajuda, durante todos esses quatro anos de formação acadêmica.

A minha mãe, uma costureira aposentada que mesmo sendo semianalfabeta, sempre priorizou nossa permanência na escola. Minha filha, por ser meu combustível diário e pelo apoio.

Ao meu professor de filosofia e orientador Mardônio Pereira da Silva, pelas orientações, pelo seu otimismo, responsabilidade e respeito para comigo.

Obrigada a todos e a todas que diretamente e indiretamente contribuíram para o meu processo formativo como pedagoga, meu muito obrigada!

O CONCEITO DE BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra Rosa da Silva Souza*

Mardônio Pereira da Silva**

RESUMO: O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos traz o conceito de brincar, com o seguinte problema: Qual o papel formativo das brincadeiras na educação infantil? Em que as brincadeiras como práticas pedagógicas são fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. A seguinte pesquisa, tem como objetivo perceber a importância das brincadeiras na educação infantil, descrever o conceito de infância e a Educação Infantil ao longo da história, apontar na legislação brasileira as normas que regulam a Educação Infantil e demonstrar a importância da formação do professor para o trabalho na Educação Infantil. Esse trabalho foi feito por meio de uma metodologia descritiva, e se trata de uma pesquisa bibliográfica cujo procedimento foram: levantamento bibliográfico pertinente ao tema escolhido, seleção dos principais textos pertinentes relacionados ao problema colocado, leitura e fichamento dos textos, e por fim, redação dos capítulos da monografia. A fundamentação teórica teve como principais aportes: Philippe Ariès; Maria Carmem Silveira Barbosa, Maria da Graça Souza Horn; Zilma de Moraes Ramos de Oliveira; Carmem Graidy, Gládis E. Kaercher. Toda essa pesquisa, teve uma estrutura e foi organizada com uma introdução, capítulo I, capítulo II e capítulo III. No primeiro capítulo, ao longo da história, com o surgimento do sentimento da infância, as mudanças econômicas e sociais ocorridas na sociedade, a necessidade de um espaço específico que atendesse as crianças, o surgimento então das creches e pré-escolas, as brincadeiras ganharam força, e se tornaram fundamentais e essenciais para o processo educativo do sujeito, contribuindo para sua formação humana. No segundo capítulo, algumas leis brasileiras foram criadas para estabelecer os cuidados que as instituições infantis devem ter para com a criança e o seu pleno desenvolvimento. A interação e as brincadeiras, como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, se tornando indispensáveis, para que o processo formativo do sujeito se torne real e significativo na educação infantil. No terceiro capítulo percebe-se que a formação docente é fundamental para que, sendo ele um mediador, a criança se torne um cidadão crítico, ético, justo e humano. O professor ao trabalhar de maneira responsável com as brincadeiras, através das relações entre seus pares, entre os adultos, irá estabelecer uma relação de troca de conhecimentos sobre si e sobre o outro. Onde as diversidades culturais se encontram e contribuem para o processo formativo do sujeito. Pode observar o quanto as brincadeiras não são apenas um momento de pura diversão, elas proporcionam ao sujeito um desenvolvimento pleno, sendo fundamentais na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Ou seja, ao brincar as crianças interagem e descobrem o mundo a sua volta, de maneira a contribuir na sua autonomia, no seu desenvolvimento humano, no respeito pelo outro, para a construção da sua própria identidade.

Palavras-chave: Aprendizagem, Brincadeiras, Educação Infantil.

* Acadêmica do Curso de Pedagogia. PUC Goiás.

** Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Orientador.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1	
O CONCEITO DE INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL	11
1.1 O conceito de infância	11
1.2 O conceito de educação infantil	15
CAPÍTULO 2	
A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	21
2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	21
2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	23
2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	24
2.4 Base Nacional Comum Curricular	26
CAPÍTULO 3	
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	31
3.1 O brincar no processo formativo da criança na Educação Infantil.....	33
3.2 O processo avaliativo na Educação Infantil.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Há muito tempo, desde que a concepção de infância foi percebida como uma característica específica da criança, o brincar ganhou um grande destaque na Educação Infantil. Às brincadeiras constituem a prática pedagógica essencial para o processo formativo da criança, sendo indispensáveis para o seu desenvolvimento, promovendo também uma comunicação mais prazerosa, entre os pequenos, durante seu período escolar. A criança é um ser particular e de vontades próprias. O sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de pensar, agir, brincar, que a diferencia do adulto, e conseqüentemente merece um olhar específico.

O objetivo dessa pesquisa é perceber a importância das brincadeiras como prática pedagógica para a formação das crianças na educação infantil. Cada sujeito vem de um contexto cultural, de costumes, tradições, histórias, onde irá participar de um processo de recriação e conhecer o universo cultural como processo de constituição dos sujeitos.

Perceber que o processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, faz com que a criança conviva em um ambiente de pluralidade, promovendo atitudes, estratégias e comportamentos que favoreçam a melhor aceitação e o seu desenvolvimento no ambiente escolar e fora dele também. Entretanto, o brincar na educação infantil como atividade escolar, propõe a criança, compreender o seu papel na sociedade, tornando o sujeito autor da sua própria identidade. Permitindo-o, aprender a viver e conviver em sociedade, em prol de um bem comum, transformando-o em cidadão.

E essa formação do sujeito é constituída nas instituições escolares, respeitando e levando em consideração todos os seus aspectos, físico, psicológico, intelectual, social, onde o professor mediador, tem como responsabilidade torná-los cidadãos responsáveis, trabalhando os valores sociais e éticos que se faz necessários para uma formação humana, que prioriza o coletivo. Entendermos que as instituições infantis têm que ser um lugar acolhedor, que privilegia o diálogo, a participação da família, suas contribuições com a instituição, o respeito para com todos e todas. Um espaço que seja prazeroso, onde as crianças possam brincar, se divertir, criar e recriar suas brincadeiras, cada uma a sua maneira, com seu modo de ser específico, e respeitando suas particularidades.

Para atingir o objetivo da nossa pesquisa, a investigação será dividida em três capítulos. No primeiro capítulo faremos uma abordagem sobre o conceito de infância e a educação infantil, onde iremos falar sobre a descoberta histórica do conceito de infância como uma característica própria e específica da criança, e o conceito de educação infantil no Brasil, lugar onde as crianças irão interagir e se socializarem. No segundo capítulo, falaremos sobre a legislação que normatiza a educação infantil no Brasil. O terceiro e último capítulo visa identificar os aspectos mais importantes da formação do professor para a educação infantil enfatizando o brincar como atividade pedagógica essencial na formação da criança.

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil nem sempre existiu como parte específica da formação da criança. Como veremos adiante embora crianças tenham sempre existido o conceito de infância não. Este conceito diz respeito à descoberta das especificidades das crianças em relação às características dos adultos e isso ocorreu na Idade Moderna por volta do século XVII. Assim, pode-se dizer que

Até por volta dos séculos XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma miniatura otomiana do século XI nos dá a ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão. (ARIÈS, 1978, p. 17).

O adulto e a sociedade, durante esse século, não tinha noção do que era infância, por falta de conhecimento sobre a criança e o que ela necessitava para sobreviver. O sentimento sobre a infância não existia. Não se percebia na criança um ser individual, do qual necessitava de cuidados específicos para o seu desenvolvimento e para uma vida saudável. E por isso um novo olhar sobre a criança e sua infância ainda era desconhecido. Ela ainda não tinha destaque na sociedade daquela época.

1.1 O conceito de infância

Durante alguns séculos a criança e o sentimento de infância foram ignorados, ela era vista como um ser sem importância e quase que invisível. Assim,

Na sociedade Medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (ARIÈS, 1978, p. 99).

Mesmo que o sentimento de infância ainda não era de consciência dos adultos, da família e da sociedade, havia de certo modo um carinho pela criança, a qual era cuidada pela figura materna e até mesmo por aquelas mulheres que não sendo as mães biológicas amamentavam algumas crianças da época, conhecidas por amas, que auxiliavam muitas mães após o nascimento de cada criança. Logo que a criança não tinha mais tanta necessidade dos cuidados da mãe e das amas, ela era encaminhada ao mundo dos adultos sem sequer saborear da sua infância. Por mais que o conceito de infância durante alguns séculos passasse despercebido, a criança sempre brincou.

Graças ao diário do médico Heroard, podemos imaginar como era a vida de uma criança no início do século XVII, como eram suas brincadeiras. Embora essa criança fosse um Delfim de França, o futuro Luís XIII, seu caso permanece típico, pois na corte de Henrique IV as crianças reais, legítimas ou bastardas, recebiam o mesmo tratamento que todas as crianças nobres, não existindo ainda uma diferença absoluta entre os palácios reais e os castelos fidalgos. [...] Ao mesmo tempo que brincava com bonecas, esse menino de quatro a cinco anos praticava o arco, jogava cartas, xadrez (aos seis anos). [...] Aos três anos, o menino já participava de um jogo de rimas, que era comum às crianças e aos jovens [...] aos seis anos, joga o jogo de ofícios e brinca de mímica, jogos de salão que consistiam em adivinhar as profissões e as histórias que eram representadas por mímicas. [...] Conhecemos bem suas brincadeiras, pois, a partir do século XV, quando os putti surgiram na iconografia, os artistas multiplicaram as representações de criancinhas brincando. Reconhecemos nessas pinturas o cavalo de pau, o cata-vento. O pássaro preso por um cordão... e, às vezes, embora mais raramente, bonecas. (ARIÈS, 1978, p. 42; 44-47).

A criança mesmo não tendo a infância reconhecida, ignorada, brincava de diversas maneiras. Os brinquedos como cavalo de pau, bonecas, cata-vento entre outros, eram por elas manuseados, até os jogos faziam parte das brincadeiras da época. A criança como podemos observar, sempre brincou. É de grande importância destacar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído. O sentimento não existente da infância era normal para a sociedade daquela época, o que para nós atualmente possa parecer um absurdo, em relação a criança pequena, nos séculos passados eram totalmente normais. A humanidade nem sempre percebeu a criança como um ser particular e de vontades próprias. Dentro dessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de pensar, agir, que a diferencia do adulto, e conseqüentemente, merece um olhar específico. Não existia clareza em relação as diversas fases de

desenvolvimento da criança, isso se baseava na questão física que as distinguia. Assim,

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem tomar perfeitamente as palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizem Isidoro e Constantino. (ARIÈS, 1978, p. 6).

Podemos observar que a primeira idade é a infância que planta os dentes, e por não ter a apropriação da fala a criança durante esse período não se comunicava verbalmente, porque sua boca não era composta totalmente pelos seus dentes, impossibilitando uma fala completa. Deste modo, ela era vista como um ser insignificante. Sendo assim, suas vontades passavam despercebidas.

Durante o século XVII a criança também sofria com a falta de cuidados necessários, devido às más condições sanitárias, a mortalidade infantil era alarmante, em consequência disso os adultos não criavam apego a elas, pois seu tempo de vida era muito curto, muitas crianças não conseguiam atravessar a primeira infância. “As pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual”. (ARIÈS, 1978, p. 22).

Não somente a mortalidade durante esse século era grande, segundo Ariès (1978), o índice de natalidade era bastante alto, que de certo modo substituía aquelas crianças que já haviam morrido. A naturalidade das mortes infantis eram comuns entre eles, que nem sequer era lamentada por muito tempo. Assim que a criança conseguisse realizar algumas tarefas era inserida no mundo adulto, sua formação enquanto um ser específico era inexistente, conseqüentemente ela era exposta a todo tipo de experiência. Os laços sentimentais, valores morais e conhecimentos até o século XVII, não eram garantidos pelas famílias porque a criança era afastada de seus pais e passava a conviver com outros adultos com o objetivo de ajudá-los nas tarefas cotidianas.

Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres. Logo após o desmame, a criança pequena era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas

atividades cotidianas, em que aprendia o básico para sua integração no meio social. (OLIVEIRA, 2011, p. 58).

A infância tinha sua etapa eliminada, e a criança já passava direto para a fase adulta. Ela tinha que contribuir com as atividades do cotidiano dos adultos, e assim se ingressava na sociedade, não era considerada uma criança, mas sim um adulto em miniatura, desprovido de uma infância. Sua educação e seus cuidados eram por conta da família ou da figura feminina. Mas essa situação começa a ter mudanças que caracterizam um marco importante e fundamental no advento do sentimento de infância. Afirma-se que

Não obstante o predomínio quase exclusivo do contexto doméstico para a educação da criança pequena, arranjos alternativos para prestar esse cuidado àquelas em situação desfavorável foram sendo culturalmente construídos ao longo da história. Tais arranjos envolveram desde o uso de redes de parentesco, nas sociedades primitivas, ou de 'mães mercenárias', já na Idade Antiga, até a criação de 'rodas' – cilindros ocos de madeira, giratórios, construídos em muros de igrejas ou hospitais de caridade que permitiam que bebês fossem neles deixados sem que a identidade de quem os trazia precisasse ser identificada – para recolhimento dos 'expostos' ou a deposição de crianças abandonadas em 'lares substitutos', já na Idade Média e Moderna. A responsabilidade por esse recolhimento ficava a cargo de entidades religiosas, que procuravam fazer com que os enjeitados fossem conduzidos a um ofício, quando crescessem. (OLIVEIRA, 2011, p. 58-59).

Ao observar uma grande mortalidade de crianças que perdurou por séculos, a igreja criou a roda dos expostos, que tinha como objetivo proporcionar as crianças uma chance de sobreviverem ao abandono de suas mães e a más condições sanitárias em que elas viviam, e a terem um ofício, ou seja, um trabalho no futuro. De certo modo esse acolhimento foi favorável para que a criança se tornasse visível. No decorrer dos séculos, as transformações sociais ocorridas, contribuíram decisivamente para a construção de concepção de infância e da criança. Viu-se a criança como um ser que necessitava de cuidados. Na próxima parte, vamos entender como surgiu a educação infantil, e o que ela trouxe como marco histórico na formação das crianças pequenas.

1.2 O conceito de educação infantil

A educação da criança pequena durante muito tempo foi de responsabilidade das famílias, ou do grupo social ao qual ela estava inserida. Sua educação era pautada nas exigências da vida adulta, uma educação de carácter assistencialista. Afirma-se que

Era junto aos adultos e a outras crianças com os quais convivia que a criança aprendia a se tornar membro deste grupo, a participar das tradições que eram importantes para ele e a dominar os conhecimentos que eram necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta. Por um bom período na história da humanidade, não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar essa responsabilidade pela criança com seus pais e com a comunidade da qual esses faziam parte. Isso nos permite dizer que a educação infantil, como nós a conhecemos hoje, realizada de forma complementar á família, é um fato muito recente. Nem sempre ocorreu do mesmo modo, tem, portanto, uma história. (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 13).

Como podemos observar, a educação infantil como a conhecemos hoje, é muito recente. Antes se dava somente pelo carácter familiar, hoje ela é de carácter de ambos, tanto da família, quanto da instituição infantil, uma parceria que se faz necessária para um excelente aprendizado e o desenvolvimento das crianças pequenas como futuros cidadãos. As primeiras denominações das instituições infantis, segundo Oliveira (2011), eram conhecidas como “creche”, um termo francês que tem em seu significado manjedoura, presépio, juntamente com o termo italiano “asilo nido” que significa um ninho que abriga. Esses termos eram utilizados pelo fato das crianças pequenas, serem educadas por suas famílias das quais eram vistas como a matriz educativa, também havia a “Escola Materna” que se direcionava a um atendimento de guarda e educação fora da família.

Diante da alta mortalidade infantil que perdurou por séculos na Idade Média, a falta de higiene pessoal desde o nascimento, a ausência no asseio com a casa, a alimentação, viu-se que a criança pequena precisava de uma educação e um espaço que respeitasse suas características próprias para uma vida saudável e longa, que as proporcionassem cuidados específicos, cuidados esses que não somente se limitavam nas questões higiênicas, mas também no conhecimento sobre o alto cuidado para consigo e uma aprendizagem que contribuísse para o seu desenvolvimento humano.

As ideias de abandono, pobreza, culpa, favor e caridade impregnam, assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e por muito tempo vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da educação infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família. (OLIVEIRA, 2011, p. 59).

Dentro dessa perspectiva fica evidente que as ideias de abandono, culpa, pobreza, favor e caridade, colaboraram para uma precariedade no atendimento as crianças pequenas durante esse período. Conseqüentemente surgiram determinadas concepções que vieram para mostrar de fato o que é uma instituição que cuida da Educação Infantil fora da família, porém, sem descartá-la como parte do processo educativo da criança. Mas essas concepções que proporcionaram uma Educação Infantil que atendesse as necessidades dos pequenos, só se fez necessária porque houve a descoberta do sentimento de infância.

Assim foram surgindo novos modelos educacionais.

Nos séculos XV e XVI, novos modelos educacionais foram criados para responder aos desafios estabelecidos pela maneira como a sociedade europeia então se desenvolvia. O desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas ocorridas no período do Renascimento estimularam o surgimento de novas visões sobre a criança e sobre como ela deveria ser educada. Autores como Erasmo (1465-1530) e Montaigne (1483-1553) sustentavam que a educação deveria respeitar a natureza infantil, estimular a atividade da criança e associar o jogo á aprendizagem. (OLIVEIRA, 2011, p. 59).

Com a chegada de uma educação voltada para atender as especificidades da criança, a aprendizagem que antes era limitada nas tarefas do cotidiano dos adultos, agora era substituída pela escola, pela instituição infantil, que passava a ser responsável pelo processo de formação dos pequenos. O ser criança e o sentimento de infância foram surgindo e a criança começou a ganhar destaque na sociedade e a ter sua infância respeitada, levando em consideração o seu processo natural de desenvolvimento associando ao jogo e a aprendizagem como práticas pedagógicas que contribuem para o seu processo de ensino e o seu desenvolvimento.

Segundo Craidy e Kaercher (2001), a responsabilidade sobre a criança é cheia de conflitos, do qual é necessária uma proteção para com ela, e com as futuras gerações. Ela vem de um contexto cultural, de costumes, tradições, histórias, onde irá participar de um processo de recriação, e conhecer o universo cultural como processo de constituição dos sujeitos.

Este processo de constituição dos sujeitos no mundo da cultura é o que chamamos de educação – fenômeno pelo qual a criança (mas também os jovens e os adultos) passa não apenas a absorver a cultura do seu grupo, mas também a produzi-la e a ativamente transformá-la. Isso ocorre porque o modo pelo qual compreendemos o mundo e atribuímos significado aos objetos que dele fazem parte é altamente dinâmico e se faz através de intensas trocas entre os sujeitos. Portanto, a educação não constitui um processo de transmissão cultural, mas de produção de sentidos e de criação de significados. (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 18).

Cada sujeito pertence a grupos diferentes e ocupam lugares distintos na sociedade. A educação Infantil, é o lugar em que a criança irá ter relações com as diferentes culturas, se socializar, apropriar-se do conhecimento através das trocas de experiências entre os sujeitos, produzindo sentidos e significados aos objetos a sua volta. Compreender as diversas culturas que fazem parte do contexto histórico de cada criança, valorizando as experiências de cada uma delas e fazendo com que ela se perceba como sujeito através do conhecimento de mundo, são algumas características da educação infantil enquanto formadora.

A creche e a pré-escola, que constituem a educação infantil e que possibilita a criança um conhecimento de mundo através das relações sociais e culturais, enfrentam um grande desafio, superar um olhar dualista direcionado as duas instituições.

Segundo Oliveira (2011), a educação de crianças com idade anterior ao do ingresso no ensino fundamental seria de assistência às famílias de pais trabalhadores, dos quais não possuem condições financeiras para pagar alguém que cuide de seus filhos. Em outro sentido, sustenta-se por parte dos grupos privilegiados que a creche e a pré-escola devem garantir e priorizar a aprendizagem e o desenvolvimento global das crianças desde seu primeiro dia de vida. Afirma-se que

A problemática social que tem sido evocada para justificar o atendimento a crianças pequenas fora da família deve hoje merecer outro tratamento. Creches e pré-escolas não devem nem substituir a família nem antecipar práticas tradicionais de escolarização. Apesar de reconhecermos que, quando mantidas pelo poder público, elas são responsáveis por fornecer alimentação e estimulação especial para populações infantis em situação de desigualdade de recursos, além de constituírem importantes mecanismos para garantir a igualdade de acesso ao mercado de trabalho por homens e mulheres, há muitos outros programas fundamentais para as famílias pertencentes às camadas populares que devem ser desenvolvidos pelas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2011, p. 38).

O atendimento as crianças pequenas nas instituições infantis, tem que ser a favor de uma educação que atenda às necessidades das crianças em todos os seus aspectos, com o intuito de oferecer uma aprendizagem que dê condições de igualdade para o mercado de trabalho futuro, para uma vida social mais justa, e que forneça os cuidados básicos como alimentação, higiene, lazer etc. A família não deve ser substituída, ela tem que andar lado a lado com as instituições infantis, que irá garantir cuidados específicos sobre a criança e sua infância, dos quais fazem parte do processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, e é de responsabilidade do poder público garantir através de políticas públicas programas que assegurem e possibilite a igualdade social, afim de estimular a criança durante o processo de formação, certificando que os direitos das crianças como sujeitos que são sejam respeitados.

Desde a descoberta do sentimento de infância, como vimos no início desse capítulo, a criança antes mesmo de ser considerada um ser que possui características próprias, sempre brincou. O brincar faz parte da história do desenvolvimento humano. E é uma das características que constitui a educação infantil. Os pequeninos irão aprender bastante através das brincadeiras, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim afirma-se.

Brincar é o modo da criança mudar, transformar, modificar, o mundo. A areia que se transforma num bolo, num castelo, numa montanha, num lago, num 'papel' para rabiscar ruas etc. A maleabilidade da terra, do barro, da areia faz desses os materiais básicos do desenvolvimento da criatividade nessa faixa etária de idade. [...] Criatividade no sentido de formar, de dar forma, de reformar e transformar. [...] A possibilidade de construir e de destruir são também importantes pelo que representam como elaboração dos sentimentos. (BUITONI, 1988, p. 25-26).

Na educação infantil a criança irá desenvolver sua capacidade de imaginação. Ela possui tantas ideias, que para ela, uma caixa de fosforo pode se tornar num carrinho, um pedaço de pau se transforma numa espada, uma caixa de papelão se transforma numa casinha de boneca etc. O brincar aumenta o potencial de criatividade, contribui para o processo de aprendizagem da criança, dando força ao que ela tem de mais precioso, o impulso da criação. E é na educação infantil que as crianças terão recursos adequados para sua aprendizagem e o seu desenvolvimento, associando o brincar como parte desse processo. Ao ingressar na instituição de educação infantil, a criança irá se ver fora do convívio familiar, é onde ela começa a

lidar com as diferenças, a desenvolver suas habilidades, criar laços de amizade, sua personalidade e autonomia.

No seu sentido mais amplo, a educação infantil, propõe vários desafios a criança, de modo a ajeitá-la para a vida. Ensinando-a controlar seus sentimentos, suas emoções, sua postura diante as decisões sobre sua vida, de maneira firme, respeitosa e responsável. Assim pode se afirmar que

Só se pensar em conservar o filho; isto não é suficiente; é preciso ensiná-lo a se conservar enquanto homem, a suportar os golpes da sorte, a desafiar a opulência e a miséria, a viver, se preciso, nos gelos da Islândia ou sobre o ardente rochedo de Malta. Por mais que tomeis precauções para que ele não morra, morrerá, no entanto, necessariamente; e, mesmo sua morte não sendo obra de vossos cuidados, eles seriam mal compreendidos. Trata-se menos de impedi-lo de morrer do que de fazê-lo viver. Viver não é respirar, mas agir; é fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmos que nos dão o sentimento de nossa existência. (ROUSSEAU, 1995, p. 83).

O processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, faz com que a criança conviva em um ambiente de pluralidade, promovendo atitudes, estratégias e comportamentos que favoreçam a melhor aceitação e o seu desenvolvimento no ambiente escolar e fora dele também. Entretanto, a educação infantil, propõe a criança, compreender o seu papel na sociedade, respeitando sua singularidade e sua subjetividade, tornando-o autor da sua própria identidade. Permitindo-o, aprender a viver e conviver em sociedade, em prol de um bem comum. Tornando-o um cidadão.

Neste capítulo nosso objetivo foi trazer por meio desse estudo histórico, o conceito de infância e Educação Infantil. O conceito de infância influenciou fortemente no papel da Educação Infantil, que direciona todo cuidado e suporte a criança pequena. Desse modo, a Educação Infantil, está totalmente ligada ao conceito de infância, que durante seu processo de evolução marcado pelas transformações sociais, se fez construir um novo olhar sobre a criança, sua infância e seu papel como sujeito na sociedade. A criança, que antes era considerada um adulto em miniatura, hoje tem sua infância percebida, infância essa que faz parte do processo do seu desenvolvimento humano. Sendo assim, a educação infantil surgiu como meio de garantir o aprendizado e o desenvolvimento dos pequeninos.

A educação infantil é muito complexa, e é considerada de grande importância no processo de formação da criança, ela ganhou força após aprovação de algumas leis no Brasil que a integrou ao processo formativo da educação básica.

No próximo capítulo aprofundaremos as normas legais que determinam como deve ser organizada a educação infantil no Brasil.

CAPÍTULO 2

A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

No capítulo anterior percebeu-se que a infância é um conceito histórico desenvolvido ao longo dos últimos séculos e o surgimento da educação infantil é um desdobramento lógico desse processo que também possui uma história como foi explicitado na primeira parte desse trabalho. Assim, nesse segundo capítulo nosso objetivo é um aprofundamento na legislação específica sobre a educação infantil no nosso país e a importância da brincadeira nesta primeira fase de formação. No artigo 227 da Constituição, afirma-se que.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2016).

Fica evidente que a criança tem que ter toda proteção por parte do Estado, juntamente com a família, a comunidade, a instituição responsável por ela, garantindo todos os seus direitos. Os pais, as instituições por elas responsáveis, nem mesmo qualquer outro setor da sociedade e até mesmo do governo, não poderá fazer o que bem entenderem com a criança. A constituição deixa bem claro, que a criança é um cidadão, com absoluta prioridade, que necessita de lazer e que está em desenvolvimento e que necessita que seus direitos sejam garantidos, para que seu convívio em sociedade seja totalmente seguro.

2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O Estatuto da criança e do adolescente, tem como objetivo fiscalizar se realmente os direitos da criança e do adolescente no Brasil, estão sendo cumpridos. Criou-se conselhos específicos para atender e direcionar as políticas de atendimento que estão explicitas nas legislações. Independente das condições sociais de cada sujeito, e de cada família da qual eles estão inseridos. A fim de se certificar sobre a proteção integral e a liberdade tanto da criança, quanto do adolescente, para que

ambos não sejam discriminados. No artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma-se que,

O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - Opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - Participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Por outro lado, se considerarmos a atenção da legislação citada, fica bem explícito que a criança tem que brincar. As brincadeiras fazem parte do cotidiano da criança, e são essenciais para que os pequeninos se desenvolvam. Mas não somente isso, a família, a comunidade, tem que zelar do bem-estar das crianças, garantindo total liberdade dos pequenos. Por isso, esta investigação científica não tem a preocupação de refletir sobre as brincadeiras como uma pura e simples “diversão”. De acordo com Kishimoto (2011), o brincar é o território da infância, a base, o próprio processo de construção de aprendizados, que estão relacionados a si mesmo, aos outros, e ao mundo do qual todos vivem e se relacionam.

A criança pequena, obrigatoriamente tem que estar matriculada e frequentando a creche e a pré-escola. É direito da criança e do adolescente, e é o dever do Estado, da família e da comunidade, zelar pelo bem social desses sujeitos.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
 - V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 2017, p. 34).

O Estatuto da criança e do adolescente deixa explícito, que a instituição de ensino seja próxima da casa do sujeito. Sua educação tem que ser pelo pleno desenvolvimento do indivíduo, proporcionando-o, o exercício da cidadania, ou seja, ter direito aos seus direitos. Além do mais, se qualificarem para as condições no

mercado de trabalho e sua permanência na escola. No entanto, o ensino oferecido tem que ser público e gratuito. Contudo, os senhores pais, ou os responsáveis, precisam estar cientes através da instituição, sobre as propostas educacionais do processo pedagógico, do qual eles também fazem parte e tomam decisões conjuntas com a instituição escolar, a fim de garantir o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, durante o processo de ensino fora e dentro da instituição.

2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

O termo Educação Infantil, refere-se a primeira etapa da educação básica, que se destina ao início do processo de socialização das crianças de 0 a 5 anos de idade. Ela faz parte de um contexto histórico social, em que é oferecido a criança os cuidados necessários para uma educação que promova seu desenvolvimento humano. Esse processo educativo é realizado em instituições especializadas que levam consigo algumas denominações, entre elas: creches e pré-escolas.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; (BRASIL, 1996, p. 22).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (LDB), garante que a Educação Infantil tenha como finalidade o desenvolvimento integral da criança que consiste na compreensão de que a educação enquanto processo formativo, deve atuar em prol do desenvolvimento dos indivíduos nas suas múltiplas dimensões: física, psicológica, intelectual e social. A família e a comunidade também fazem parte desse processo de integração da criança durante sua formação. As crianças em interação com o seu grupo se destacam de maneira particular, cada uma durante esse processo de socialização irá se perceber como indivíduo singular, sujeitos históricos, social e cultural, dos quais possuem direitos e deveres.

Na educação infantil, todos que dela fazem parte, precisam conhecer sobre as leis que a constituem e a normatizam. O processo de formação do sujeito, tem que

estar de acordo com a legislação e tudo que se diz respeito a sua vida como cidadão de direitos, tem que ser considerado e cumprido.

2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

O desenvolvimento pleno da criança é confirmado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

Na observância das diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de denominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2010, p. 17).

De acordo com as diretrizes, a proposta pedagógica para as instituições de Educação Infantil, tem que garantir o total cumprimento da função sociopolítica e pedagógica. Quer dizer que, tem que haver uma integração entre pais, professores, alunos e comunidade, todos, precisam estar envolvidos. A criança tem que desfrutar dos seus direitos civis, humanos e sociais. Além do mais, a instituição escolar tem que ser parceira da família durante o processo de formação da criança. A convivência com seus pares e com os adultos contribui para o saber e o conhecimento de diferentes sujeitos. Não deve haver discriminação de classes sociais, todas as crianças, tem que ter acesso a educação infantil, garantindo a igualdade entre todos e todas.

É importante frisar que o lúdico tem que estar presente, o brincar possibilita o desenvolvimento das habilidades da criança em vários aspectos. O direito a democracia, o conhecimento sobre a sustentabilidade, sobre as etnias raciais, socioeconômicas, de gênero, de religião e todas as formas de linguagem humana,

são conhecimentos que a educação infantil tem que oferecer durante o processo de ensino e aprendizagem, conforme a lei determina. Assim pode se dizer que

Ao brincar, a criança desempenha vários personagens, gradativamente aprendendo a assumir cada uma das posições recíprocas existentes em uma situação, o que lhe permite jogar o papel do outro catando as indicações que este faz, os objetos que lhe são significativos em uma dada situação. (OLIVEIRA, 2011, p. 75).

A criança aprende sobre o seu posicionamento perante o outro, se pondo em seu lugar e observando o comportamento a sua volta. Os vários tipos de brincades, a proporciona um melhor relacionamento entre seus pares e com os adultos também. Isso possibilita aos pequenos a construção sobre seu papel como sujeito e cidadão.

As brincadeiras e a interação entre as crianças, eixos norteadores da educação infantil, é fundamental para os pequenos, durante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Não adianta apenas fazer Leis regulamentando a educação infantil no Brasil, mas é preciso que sejam cumpridas obrigando as escolas a se adequarem a legislação vigente. Assim, a instituição escolar de Educação Infantil, precisa ser organizada, de modo que atenda as determinações do Estado. Desse modo,

As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

A educação em sua integridade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

A indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

A participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

O reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e á instituição;

A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais e desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América. (BRASIL, 2010, p. 19-20).

O espaço, o tempo, e materiais na Educação Infantil, necessitam de uma organização, que ofereça condições para o trabalho coletivo. Os cuidados para com a criança, não se separa do processo educativo. A organização do espaço deve ser pensada conforme as orientações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Oferecer um lugar acolhedor, que privilegia o diálogo, a participação da família, suas contribuições com a instituição, o respeito para com todos e todas. Oferecer um espaço que seja prazeroso, onde as crianças possam brincar, se divertir, criar e recriar suas brincadeiras, cada uma a sua maneira e com seu modo de ser específico. Respeitando suas particularidades. O acesso ao espaço, aos materiais, aos brinquedos, os objetos, salas específicas para cada faixa etária, atendendo a necessidade de cada sujeito, sendo ela física, psicológica, social e cultural, tem que estar de acordo com a legislação. A criança tem que apropriar-se do conhecimento sobre o mundo. As diferentes etnias, suas culturas, origens, o modo de viver advindo de cada sujeito, as diferentes linguagens. Todos esses quesitos, constitui o espaço de Educação Infantil, e se legitima perante a lei que a normatiza.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir a criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, a saúde, a liberdade, a confiança, ao respeito, a dignidade, a brincadeira, a convivência e a interação com outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 18).

2.4 Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no início do seu texto, define dez competências gerais, e aponta que a formação inicial e continuada deve ser baseada em três dimensões: conhecimento, prática e engajamento. A primeira dimensão do conhecimento está relacionada ao domínio dos conteúdos. Já a segunda dimensão está relacionada a prática, refere-se a saber criar e gerir ambientes de aprendizagem. E por fim, a terceira dimensão, diz respeito ao engajamento, que se refere ao comprometimento do professor com a aprendizagem e com a interação com seus colegas de trabalho, as famílias e a comunidade escolar. Além disso, a BNCC dentro da formação de professores ressalta o compromisso com a educação integral, que nos diz que

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender e aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2017, p. 14).

Dentro desse contexto, a BNCC afirma a importância do compromisso com a educação integral, um desenvolvimento pela formação humana global, em todas as suas dimensões, intelectual, física, emocional, social e cultural. E é na cultura digital, que são relacionadas aos recursos tecnológicos, que professor terá que utilizá-la como um instrumento de trabalho, a fim de que a criança domine esse universo digital e consiga utilizar as ferramentas multimídias para aprender a produzir. Assim a criança poderá atravessar fronteiras, conhecer as diferentes maneiras de brincar e de brincadeiras, comunicar com crianças de diversas cidades e países do mundo. E além de enriquecer seu conhecimento dentro desse contexto digital, aprenderá a respeitar a cultura, o modo de brincar e as brincadeiras, em que cada criança está inserida. A BNCC, ainda nos diz que

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regularização das emoções. (BRASIL, 2017, p. 37).

Esse processo de interação dentro da instituição de educação infantil, consegue fazer com que a criança cresça em todos os seus aspectos, se conhecendo melhor, sabendo sobre suas fraquezas, emoções, o respeito por si e pelo outro, o ponto de vista que cada um possui, as diferenças. Os pequenos começam a ter uma noção de como ele e o outro, são únicos, e que as diferenças que os caracterizam como sujeitos, é o que os definem e possibilita o convívio em sociedade, tornando-os cidadãos em prol do coletivo.

E entre tantos direitos que as crianças possuem dentro e fora da educação infantil, seis deles são peças fundamentais para o processo de ensino.

- . **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre pessoas.
- . **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- . **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- . **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- . **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- . **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, construindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p. 38).

A Base Nacional Comum Curricular, reconhece que a Educação Infantil é uma etapa essencial na educação e nos cuidados das crianças pequenas. O convívio entre seus pares e adultos, proporciona aos pequenos, uma interação rica em conhecimentos. Através do brincar por exemplo, em que a brincadeira possui regras para seu funcionamento, proporciona ao sujeito, um conhecimento a respeito dos limites que cada um precisa adquirir para seu convívio em sociedade. Permitir que as crianças participem dessas situações, fazendo com que elas se envolvam nas atividades cotidianas, seus limites, o limite do outro, são alguns aspectos do conviver. As brincadeiras, tem que estar presentes constantemente no cotidiano e durante a rotina da criança. Um bom planejamento das brincadeiras, é fundamental para uma aprendizagem significativa. As crianças, tem que participar da construção do saber. As atividades durante as brincadeiras, ou durante o processo de ensino, tem que ser

convidativas, que envolvam todas elas, permitindo-as tomar decisões sobre os materiais dos quais elas querem utilizar para dar significado a suas atividades.

A criança tem que se sentir parte do processo de ensino e aprendizagem e fazer parte dele também. Deixar que ela explore o espaço escolar é de suma importância para a construção dos significados de cada objeto. Ouvir a criança, se faz necessário. Elas estão em um momento de descobertas, cheias de questionamentos, dúvidas, e precisam se expressar, tanto por meio dos desenhos, da dança, da música, dos objetos etc. A educação infantil é responsável por conduzir a criança em suas experiências, dentro e fora dela também. Todo esse percurso, em que a família, a instituição e a comunidade caminham lado a lado, proporciona ao sujeito, a construção da sua própria identidade, garantindo o conhecimento de si e do outro. Fazendo se cumprir a legislação que fundamenta a educação infantil, garantido os direitos da criança.

Os campos de experiências, o eu, o outro e o nós, corpo gesto e movimentos, traços, sons, cores e formas, escuta, fala, pensamento e imaginação, espaços, tempos, quantidades, relação e transformações, são aprendizagens que a criança irá construir dentro da educação infantil. Assim, pode-se afirmar que

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como **objetivos de aprendizagem e desenvolvimento**. (BRASIL, 2017, p. 44; grifos no original).

Como podemos observar a BNCC, reafirma que o processo de ensino e aprendizagem dos pequenos, em sua amplitude, tem como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, como a base de todo o aprendizado da criança, em suas múltiplas dimensões e em todos os seus aspectos. Possibilita as relações entre o meio em que a criança está inserida. As vivências durante esse processo, se faz necessárias para o desenvolvimento humano dos pequeninos, e é um direito da criança e da educação infantil de proporcionar e garantir todo cuidado e educação ao sujeito conforme determina as Leis.

No próximo capítulo, veremos sobre a formação do professor, a fim de promover a interação e as brincadeiras como práticas pedagógicas e eixos estruturantes que promovem as crianças o aprendizado para o seu desenvolvimento.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é responsável pela formação do sujeito em todos os seus aspectos, onde o professor tem como responsabilidade torná-los cidadãos críticos, trabalhando os valores sociais e éticos que se faz necessários para uma formação humana, que prioriza o coletivo, e que viva em prol de um bem comum. A interação e as brincadeiras fazem parte desse processo de formação da criança, da qual tem o professor como mediador. A atuação docente no espaço escolar, requer uma qualificação da qual irá promover a capacitação docente e sua prática pedagógica para a Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 62, diz como deve ser essa formação. Afirma-se que

A formação de docente para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

É de suma importância e se faz necessária uma formação a nível superior para a atuação do professor. O curso superior proporciona ao professor conhecimentos formalmente estruturados. Possibilita uma formação articulada com as necessidades sociais e saberes adquiridos com a prática para seu trabalho no espaço escolar e fora dele também.

Quando o professor é preparado, qualificado, seu trabalho se torna dinâmico. A formação do professor o qualifica, para que ele tenha total domínio sobre o que está fazendo. E ao trabalhar os diversos brincades na educação infantil, ele constrói um sujeito equilibrado e ciente dos seus atos. Afirma-se que

Por sua vez, como toda brincadeira é governada por regras (as da imaginação), brincar constrange as crianças ao mesmo tempo em que as libera, ou seja, ajuda-as a dominar impulsos imediatos e a se controlar pelo bem da brincadeira, criando um desejo de segunda ordem, um afeto que incorpora outro afeto. Nela as crianças criam necessidades e desejos relacionando-os a um 'EU' fictício e se apropriam de normas sociais. Isso possibilita a criação de uma situação imaginária que tem que se articular com as limitações

colocadas sobre as possíveis ações que ocorrem no jogo. (OLIVEIRA, 2011, p. 78).

Ao se deparar com os conflitos, a criança aprende por meio das regras impostas a ela, com a orientação do adulto, a se controlar, a pensar rápido sobre sua ação e suas atitudes. O controle imposto pelas ordens da brincadeira faz com que os pequenos criem domínio sobre suas emoções, seus impulsos, e os encorajam sobre suas decisões futuras. Seu convívio social se torna afetivo, e suas frustrações não tornarão inimigas de se próprio.

Contudo de nada valerá o processo de ensino e aprendizagem da criança, se não houver uma pedagogia de projetos, que possibilita um excelente desenvolvimento de um trabalho coletivo, cooperativo, participativo, e de muita criatividade.

Os projetos demandam a criação de uma escuta atenta e de um olhar perspicaz, isto é, uma desenvolvida capacidade de observar, de escutar do docente para ver o que está circulando no grupo, quais os fragmentos que estão vindo à tona, quais os interesses e as necessidades do grupo. É preciso ainda conhecer e registrar os modos como cada criança se envolve e participa na construção dos conhecimentos propostos em um projeto. Essa observação é permeada pela subjetividade do educador, pois observar não é perceber a realidade, mas sim construir uma realidade. A análise dos registros ajuda a interpretar as mensagens que estão dando sentido para as crianças e significado para a vida do grupo. (BARBOSA; HORN, 2008, p. 85-86).

Como podemos observar, a prática docente também depende de uma pedagogia de projetos, que possibilita ao educador, expor suas observações. O projeto pedagógico possibilita um planejamento sobretudo que o corpo docente irá trabalhar. O registro sobre todas as observações do professor em relação ao ensino e a aprendizagem da criança, permite ao educador uma análise sobre sua conduta, e sobre o que os pequenos aprenderam e o que pode melhorar para o avanço do seu desenvolvimento. A instituição infantil, e todos que a compõem, tem que ser parceira do educador, de forma a oferecer ao docente, condições que possibilite seu trabalho. Trabalho do qual todos fazem parte. O projeto pedagógico, faz com que os professores organizem suas aulas, o espaço escolar e que dialogam entre si, colocando em prática seus planos de trabalho e suas metas a serem alcançadas, assim então, contribuindo para uma dimensão social. Segundo Barbosa e Horn (2008), quando a escola propõe um trabalho com projetos, todos saem ganhando,

professores, alunos, funcionários, comunidade, sociedade. Uma instituição aberta possibilita um aprendizado entre sujeitos, diálogo, a troca de conhecimentos, uma interação entre todos. E quando isso ocorre, todos se beneficiam, aprendem, e o professor se torna muito mais dinâmico.

Ao professor cabe prioritariamente criar um ambiente propício em que a curiosidade, as teorias, as dúvidas e as hipóteses das crianças tenham lugar, sejam realmente escutadas, legitimadas e operacionalizadas para que se construa a aprendizagem. Pode-se complementar essa ideia com o conceito de comunidade de investigação, que é um espaço onde há descoberta e invenção por toda a parte, estimulando, assim, o pensamento renovado em todas as áreas. É preciso que a sala de aula e a escola em sua totalidade torne-se uma comunidade de investigação, na qual as crianças possam aprender uma com as outras e dialogar não só com os professores, mas também com os textos, os materiais, as atividades, criando conhecimentos e significados com a solidariedade social. (BARBOSA; HORN, 2008, p. 86).

A criança possui uma capacidade gigantesca de aprender. O professor é responsável por instigar a criança. Quando o educador organiza o ambiente escolar de forma adequada, possibilita a criança colocar em prática suas ideias, sua capacidade de criação, sua imaginação, sanar as suas dúvidas, a levantar hipóteses, a questionar. Todo o processo de aprendizagem dos pequenos, depende desse ambiente problematizado, que seja feito para eles. A partir dessa escuta do professor em relação a criança, a construção da aprendizagem se torna real, um ambiente apto para a realização das atividades. Criar condições para que as descobertas sejam significativas e que estimulem a criatividade, das crianças, o seu papel social como indivíduo em prol do coletivo, faz do professor um mediador responsável e comprometido com a educação.

3.1 O brincar no processo formativo da criança na Educação Infantil

Neste tópico, nosso objetivo é deixar visível como as brincadeiras devem fazer parte do processo formativo da criança na educação infantil. Sabemos que as brincadeiras fazem parte da vida de todas as crianças, em qualquer lugar do mundo onde se encontram. De acordo com Kishimoto (2011), no que se diz respeito ao brincar considera-se, que ele é como se fosse o território da infância, a base, o próprio processo de construção de aprendizados que estão relacionados a si mesmo, aos

outros, e ao mundo do qual fazemos parte. Entretanto, o educador precisa estar qualificado e preparado para elaborar atividades e brincadeiras que estimulem o desenvolvimento pleno da criança. Quando o lúdico não é estimulado de forma correta, ele se torna ineficaz, podendo ser até mesmo prejudicial.

Observei, mais recentemente, uma tendência das pré-escolas brasileiras em trabalhar com as crianças através da utilização de materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e métodos lúdicos de ensino e alfabetização como fins em si mesmos, descontextualizando seu uso dos processos cognitivos e históricos experienciados pelas crianças. [...] a maioria das escolas tem didatizado a atividade lúdica das crianças restringindo-a a exercícios repetidos de discriminação viso motora e auditiva, através do uso de brinquedos, desenhos coloridos e mimeografados e músicas ritmadas. (WAJSKOP, 2011, p. 29-30).

Segundo a autora, as atitudes despreparadas dos professores ao trabalhar o lúdico da criança, pode colocar em risco sua capacidade de desenvolvimento, uma vez que inibe sua independência, limitando-a apenas em exercitar aquilo que lhe foi imposto. É válido ressaltar a importância do educador durante esse processo de interação dos pequeninos com as brincadeiras. É necessário ter cautela sobre seu posicionamento, para que o contato dos pequenos com a brincadeira não se torne simplesmente uma atividade alternativa que irá preencher o tempo ocioso da criança.

O papel do adulto nesse processo de formação do sujeito, é de total apoio. Ele funciona como orientador, condutor, aquele que irá desfazer os supostos conflitos que poderá surgir ao se trabalhar em grupo. A criança precisa de espaço e liberdade para criar, e qualquer outra coisa que fuja desse roteiro deixará de ser espontâneo e passará a ser imposto, e imposição nessa perspectiva não é bem-vinda, pois, irá vetar a criança de ser espontânea, dificultando o desenvolvimento de suas habilidades para a criação e tirando dela, a possibilidade de fazer suas próprias descobertas. “A criança que for bem trabalhada, que puder brincar usando sua sensibilidade, e que for estimulada sensorial e afetivamente, não terá dificuldade de acompanhar qualquer tipo de ensino, do tradicional aos mais livres e/ou avançados”. (BUITTONI, 1988, p. 52). Quando a criança é estimulada durante o brincar, seus sentidos são aguçados, suas habilidades sociais, afetivas, psicomotoras, emocionais, começam a ser trabalhadas e dominadas por si próprio, seus sentimentos começam a ser percebido, o processo de construção da aprendizagem se torna mais completo e possibilita a criança apropriar-se da amplitude de conhecimentos existentes no mundo.

De acordo com Kishimoto (1994), brincar não é inato. As crianças precisam ter conhecimento das brincadeiras antigas assim como as cantigas de rodas, pois nelas há um grande repertório cultural, que representam bem a diversidade culturais do nosso país. As instituições infantis, e seu corpo docente, devem estar preparadas para ensinar os pequenos, pois é muito proveitoso que eles tenham contato com as mais variáveis culturas desde os anos iniciais da sua infância.

O professor ao trabalhar com as diversidades culturais durante as brincadeiras, enriquece a aprendizagem da criança. “[...] ao brincar a criança aprende sobre si mesma e sobre os homens e suas relações no mundo, e, sobre os significados culturais do meio em que está inserida” (BORBA, 2009 apud LEAL; SILVA, 2011, p. 70). Quando as diferentes culturas se encontram, possibilita ao sujeito um conhecimento das diversas linguagens e um saber sobre os diversos costumes. O respeito começa a ser construído sobre o ponto de vista de cada um, sua maneira de ser, viver ampliando o conhecimento de mundo.

Ao brincar as crianças também expõem seus sentimentos, aprendem, constroem, exploram, pensam, sentem, reinventam e se movimentam. As brincadeiras são fundamentais no processo formativo da criança. Contudo, não se pode deixar de dizer, que a atitude desse adulto educador jamais poderá ser passiva.

A criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado. Dessa forma, a brincadeira é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos. (WAJSKOP, 2011, p. 31).

Quando o professor trabalha com as brincadeiras, é capaz de proporcionar a criança sua autonomia enquanto sujeito capaz de criar e recriar. Nela os pequeninos, aprende desde cedo a importância das regras e ao mesmo tempo respeitá-las. Para a criança a brincadeira de faz de conta é o meio que ela tem de imitar a realidade do cotidiano dos adultos, na qual, de uma forma lúdica ela começa a experimentar “o mundo adulto” onde se depara com objeções (citadas por ela mesma) que faz buscar a solução (final feliz). A brincadeira utilizada pela criança diz muito sobre o contexto social a qual ela está inserida. Compreender o brincar como um processo de aprendizagem na Educação Infantil, é de grande responsabilidade para o educador.

Na educação infantil o professor pode oferecer o brincar as crianças, através de diversas brincadeiras, brinquedos e jogos. De acordo com a Kishimoto (1994), o brinquedo é o instrumento que dá suporte a brincadeira, ou seja, o objeto. Os jogos ganham bastante importância no brincar durante o processo formativo na Educação Infantil. Eles fazem parte do processo de aprendizagem da criança. Tem como objetivo fazer com que os pequenos, entendam e respeitem seu espaço e o espaço do outro, seus limites e os limites do outro. O jogo é fundamental para que dentro das regras impostas que nele se baseiam, as crianças compreendam que tudo tem seu momento, seu tempo, sua vez e sua hora. Poder compreender e aceitar as regras do jogo faz com que a criança se torne um adulto ético, que consiga viver em sociedade, em prol da coletividade.

A aprendizagem é tão importante quanto o desenvolvimento social e o jogo constituem uma ferramenta pedagógica ao mesmo tempo promotora do desenvolvimento cognitivo e do desenvolvimento social. Mais ainda, o jogo pedagógico pode ser um instrumento da alegria. Uma criança que joga, antes de tudo o faz porque se diverte, mas dessa diversão emerge a aprendizagem e a maneira como o professor, após o jogo, trabalhar suas regras pode ensinar-lhes esquemas de relações interpessoais e de convívios éticos. (ANTUNES, 2014, p. 14).

Todo jogo tem suas regras que definem seu carácter, na Educação Infantil o jogo como mediação pedagógica tem o educador como aquele que possui a responsabilidade de imprimir carácter às regras do jogo, que se não orientado de maneira responsável, pode fazer com que o jogo seja um veículo de ódio contra o outro, ou um ambiente saudável, prazeroso, de ternura e carinho entre pessoas. Os jogos e as brincadeiras são fontes de felicidade e prazer que se fundamentam no exercício da liberdade e, por isso, representam a conquista de quem pode sonhar, sentir, decidir, arquitetar, aventurar e agir, com energia para superar os desafios da brincadeira, recriando o tempo, o lugar e os objetos.

O conceito de jogos aponta que

Do ponto de vista educacional, a palavra jogo se afasta do seu significado de competição e se aproxima de sua origem etimológica latina, como sentido de gracejo, ou, mais especificamente, divertimento, brincadeira, passatempo. Dessa maneira, os jogos infantis podem até excepcionalmente incluir uma ou outra competição, mas essencialmente visam estimular o crescimento e aprendizagens e seriam melhor definidos se afirmássemos que representam relação

interpessoal entre dois ou mais sujeitos* (sic) realizada dentro de determinadas regras. (ANTUNES, 2014, p. 9).

O jogo durante as brincadeiras, estimula as atividades mentais e amplia a capacidade de cooperação e integração. O papel do educador é de suma importância, além de ter que conhecer os jogos e aplicá-los, o educador precisa aproveitar o momento para refletir sobre a importância das regras para o processo de construção da autonomia dos educandos. Nesse sentido o jogo se torna cooperativo no processo de aprendizagem da criança e para seu desenvolvimento ético. O professor além de ensinar é responsável por fazer com que a criança compreenda o que é respeito, saber esperar seu lugar na fila, tratar bem os funcionários da escola, saber falar com seus colegas e respeitá-los como eles são, entre tantas outras coisas e atitudes que se requer necessário o respeito tanto para a vida dentro da escola, quanto fora dela.

O educador, também é responsável por proporcionar as crianças experiências que auxiliam no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, assim como a atenção, a memória, raciocínio. “Seria necessário informar aos professores da importância de brincadeiras livres para o desenvolvimento da linguagem, imaginação e iniciativa da criança” (SANTOS, 1997, p. 33). O brincar livre, diz respeito às escolhas da própria criança. É um tipo de brincadeira que elas comandam, ditam as regras, o tempo e o ritmo, sempre é claro, com a supervisão do professor, que muitas vezes é convidado a participar, sempre envolvendo muito respeito.

Durante esse brincar livre, a criança começa a explorar tudo a sua volta, a eventualmente angustiar-se porque os colegas não querem brincar, sentir dor porque caiu e se machucou, mas ao mesmo tempo, criar vínculos, ver o mundo como ele é, cheio de desafios. Elas irão compreender que na vida passamos não somente por momentos de alegrias, mas também, por momentos de tristezas. Além disso, aprenderá a controlar seus sentimentos e suas emoções, sua postura diante das decisões sobre sua vida serão tomadas de maneira firme, respeitosa e responsável.

3.2 O processo avaliativo na Educação Infantil

É de extrema importância que o professor saiba durante todo o processo de aprendizagem dos pequenos, na hora da avaliação, os critérios impostos pela legislação sobre a educação Infantil, e sobre suas práticas pedagógicas, da qual estão bem definidas e que devem ser respeitadas. O processo de desenvolvimento e

aprendizagem da criança, tem que respeitar suas características, além do mais, ter toda documentação que confirme todo esse processo formativo da criança é obrigatória.

Entretanto, durante todo percurso que o professor da educação infantil irá traçar, a proposta pedagógica, tem que estar de acordo com a legislação que a normatiza.

Na observância das diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:
Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de denominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2010, p. 17).

De acordo com as diretrizes, a proposta pedagógica para as instituições de Educação Infantil, tem que garantir o total cumprimento da função sociopolítica e pedagógica. Quer dizer que, tem que haver uma integração entre pais, professores, alunos e comunidade, todos, precisam estar envolvidos. A criança tem que desfrutar dos seus direitos civis, humanos e social. Além do mais, a instituição escolar tem que ser parceira da família durante o processo de formação da criança. A convivência com seus pares e com os adultos contribui para o saber e o conhecimento de diferentes sujeitos. Não deve haver discriminação de classes sociais, todas as crianças, tem que ter acesso a educação infantil, garantindo a igualdade entre todos e todas. O lúdico tem que estar presente, o brincar possibilita o desenvolvimento das habilidades da criança em vários aspectos, no físico, no intelectual, psicológico e social. O direito a democracia, o conhecimento sobre a sustentabilidade, sobre as etnias raciais, socioeconômicas, de gênero, de religião e todas as formas de linguagem humana, são conhecimentos que o professor da educação infantil tem que saber, e que a

instituição deve oferecer durante o processo de ensino e aprendizagem, conforme a lei determina.

É preciso que o professor compreenda o processo de avaliação, do qual é bastante importante para o aprendizado da criança.

Precisamos entender o que está acontecendo no trabalho pedagógico e o que a criança é capaz de fazer sem procurar continuamente classificá-la em uma estrutura predeterminada de expectativas ou normas. Ao lado disso, temos a possibilidade de observar que cada sujeito tem um percurso pessoal e que o acompanhamento das aprendizagens é a única maneira de não valorizar apenas o resultado, mas sim o valor e visibilidade a todo o percurso construído no processo de aprendizagem. Afinal, a documentação sempre nos diz algo sobre como construímos a criança e nós mesmos como pedagogos. (BARBOSA; HORN, 2008, p. 103).

Portanto, no que diz respeito ao processo de avaliação da criança, se faz necessário compreender o trabalho pedagógico. Segundo Barbosa e Horn (2008), trabalhar com crianças pequenas, é preciso primeiramente, conhecê-la. De onde elas veem, sua cultura, seu cotidiano, o que gostam de fazer, do que gostam de brincar, como cada uma exerce suas atividades etc.

Cada sujeito tem sua particularidade e sua maneira de fazer algo. O que a criança é capaz de fazer é o que tem que ser levado em consideração. O acompanhamento pedagógico, tem que respeitar o histórico de cada uma delas. O objetivo da aprendizagem, é a construção do saber para o desenvolvimento humano da criança, em todas as suas dimensões, física, intelectual, psicológica e social, do qual o resultado é o que menos importa. Seguir toda a documentação pedagógica é fundamental durante o acompanhamento da criança sobre seu aprendizado, e sobre as práticas pedagógicas do educador durante todo esse percurso. As práticas pedagógicas, norteiam o pedagogo em sua ação durante a construção do saber com as crianças.

Educar uma criança [...] exige algo a mais do adulto [...] uma certa generosidade de atitude e uma disposição para devolver á criança – e aos pais – os acontecimentos, os pensamentos, os sentimentos e as ideias que fazem o cotidiano e a história da creche. Exige uma capacidade de recortar, de colocar os acontecimentos e as pequenas histórias pessoais no contexto de uma história mais ampla. De modo que um momento de sua infância possa ser entregue a cada criança. Além disso, a construção da documentação sobre a criança é uma maneira de lhe dar uma atenção especial e de valorizar e identificar diferenças e estilos individuais. Permite que cada professor torne a

experiência de cada criança única e especial. (GANDINI; EDWARDS, 2002 apud BARBOSA; HORN, 2008, p. 114-115).

Quando o professor registra os acontecimentos durante as aulas e no espaço escolar, ele cria uma memória pedagógica. A criança precisa de uma identidade acadêmica, uma memória, documentos sobre ela durante a escolaridade. Isso faz com que os pequeninos por meio de vários registros, seja protagonista do seu processo de aprendizagem. Não basta que o professor simplesmente organize e agrupe materiais sem dar a devida atenção ao que se registra, os portfólios por exemplo, tem que possuir comentários relacionados ao processo de aprendizagem da criança, as datas também contribuem para o registro significativo. Segundo Barbosa e Horn (2008), os registros só terão sentido, se o educador fizer sempre uma análise sobre o que foi registrado. Ele deve contextualizar, apreciar, e interpretar, construindo sentidos para as produções, e conseqüentemente criar narrativas que objetive a incorporação das crianças, dando novos rumos na relação de sua prática cotidiana juntamente com os pequenos.

Cada criança, ao longo de toda aprendizagem irá se desenvolver e aprender de modo particular. Saber conduzir e ensinar a criança fazendo com que ela entenda o seu papel na sociedade, que ela cresça humanamente, e que seja também humana, objetivando o trabalho na coletividade, em prol do bem comum, um verdadeiro cidadão, é o papel do professor. De acordo com Kishimoto (2011), o professor é aquele que ao lado da família, fará da criança, um ser singular e um sujeito que deseja. E para que o professor tenha êxito e alcance seus objetivos é necessário que ele tenha uma formação da qual irá direcioná-lo e dar suportes imprescindíveis para sua atuação em sala de aula e dentro do espaço escolar, além do mais, não tão somente se faz indispensável uma formação profissional do professor, mas fundamental o seu compromisso com o ser humano, com a ética, a moral e o bem comum de todos.

Durante esse capítulo, nossa pesquisa quis explicitar o quanto a formação do professor para a educação infantil e as brincadeiras promovem ao sujeito um desenvolvimento pleno, e o proporciona um conhecimento de mundo, sobre si, sobre os outros, e sobre o seu papel na sociedade como cidadãos. O professor é quem irá dar início na construção de um sujeito ético, que saiba viver em sociedade trabalhando em prol do coletivo e se percebendo no mundo como singular, autor da sua própria

identidade. As brincadeiras são práticas pedagógicas essenciais, e indispensáveis, para a formação e a construção de um ser crítico, justo e humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo perceber as brincadeiras não apenas como um momento de diversão, mas sim como fundamentais na aprendizagem da criança. O brincar se tornou indispensável para o desenvolvimento cognitivo, físico, intelectual, moral e social dos pequeninos. As brincadeiras contribuíram para uma prática pedagógica essencial para o processo formativo da criança na educação infantil. Este objetivo foi atingido. Conseguimos demonstrar efetivamente que o brincar faz parte da vida do sujeito desde o seu nascimento. Verificamos que as brincadeiras é a base essencial que auxilia o processo formativo na educação infantil, e que faz do sujeito um cidadão mais consciente, humano e ético. Ao longo de toda nossa investigação procuramos demonstrar a importância do papel pedagógico das brincadeiras na educação infantil, com ajuda de vários autores, conceitos e da legislação pertinente.

No primeiro capítulo nosso trabalho investigativo foi descrever o conceito de infância e da educação infantil. Onde o brincar já fazia parte do cotidiano do sujeito desde sempre. Porque antigamente a criança, não era percebida como um ser particular, ela era vista como um mini adulto. Percebeu-se que a mortalidade infantil era muito avassaladora, e que os pequeninos eram abandonados e sem os cuidados específicos. Por isso, a infância foi vista como uma característica própria da criança, da qual necessitava de cuidados especiais para sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento. A educação infantil surgiu com o objetivo de suprir essa necessidade de cuidados para com os pequeninos. Por isso, ao diagnosticarmos que a criança vinha de um contexto cultural, de costumes, tradições, histórias, foi preciso criar um espaço, um lugar próprio para serem cuidadas, para se socializarem, interagir, e desenvolver suas capacidades físicas, psicológicas, intelectuais e social. Para que ela participasse de um processo de recriação, onde fosse apresentado a ela o universo cultural como processo de constituição dos sujeitos.

No segundo capítulo nosso trabalho investigativo trouxeram as leis que normatizaram o ensino e aprendizagem na educação infantil. O objetivo foi verificar como a educação infantil teria que funcionar, como deveria ser o tratamento para com as crianças. Como as brincadeiras e a interação, como eixos das práticas pedagógicas são importantes e precisam fazer parte do processo formativo do sujeito, para o bom funcionamento das suas capacidades físicas, intelectuais, cognitivas. Por

isso, viu-se que a criança como sujeito de direitos, obtivesse o aprendizado, e os cuidados de qualidade, favoráveis para o uma aprendizagem saudável. Por isso chegamos a conclusão do quanto as leis deixam claras tudo o que deve ser feito para que as crianças tenham uma educação e os cuidados adequados, respeitando suas faixas etárias e colocando as como o centro do ensino e aprendizagem na educação infantil.

No terceiro capítulo o objetivo foi analisar a formação do professor como mediador na educação infantil, tendo as brincadeiras como prática pedagógica de extrema importância para o processo formativo da criança. Dessa forma, havíamos percebido que as brincadeiras é como se fosse o território da infância, a base de todo processo de construção do aprendizado. Por isso percebeu-se também, que a mediação, a orientação pedagógica necessitava de qualificação adequada para trabalhar o contato das brincadeiras com os pequeninos na educação infantil. Essa análise possibilitou compreendermos o papel do adulto nesse processo de formação do sujeito, como quem apoia, conduz e que oferece condições para que a criança interaja, socialize, e se integre na sociedade, se constituindo como cidadão, vivendo em prol do coletivo.

Diante do que foi estudado, notou-se o brincar como relevante no processo formativo da criança na educação infantil, pois o lúdico como prática educativa, integra fatores importantes para que a educação seja significativa, da qual promove as crianças o desenvolvimento dos seus aspectos, físicos, psicológico, social e intelectual. Um aprendizado pleno, que contribui para uma formação humana. O professor que trabalha com as brincadeiras nas atividades das crianças, consegue um rendimento significativo e prazeroso durante sua prática pedagógica.

Ainda que eu tenha me empenhado ao máximo em fazer o trabalho, percebi que há muito o que fazer e estudar sobre as brincadeiras na educação infantil. Esses estudos mais aprofundados e que exigem muito mais tempo, e a continuidade investigativa continuará nos cursos de formação continuada: especialização, mestrado e doutorado. Porque acredito que o tema é bastante empolgante e constituirá no caminho da minha formação acadêmica de agora em diante.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **O Jogo e a educação infantil: falar e dizer/olhar e ver/escutar e ouvir**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 128 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/ Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais da Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. – Brasília. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Quintal mágico: educação-arte na pré-escola**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 158 p.
- CRAIDY, Carmem Maria, KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. 164 p.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994. 62 p.
- _____. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEAL, Telma Ferraz; SILVA, Alexsandro da. Brincando, as crianças aprendem a falar e a pensar sobre a língua. In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Calland de Souza (Org.). **Ler e escrever na educação infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 53-72 (Coleção Língua Portuguesa na Escola; v. 2).

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Jogo de papéis: um olhar para as brincadeiras infantis**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Emílio**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 128 p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 34).